



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

SOLICITAÇÕES Nº 2026/1497;

DATA: 16 DE JUNHO DE 2026

HORA: 08 HORAS E 30 MINUTOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, COM EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

PROCESSAMENTO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME: ENTREGA PARCELADA

PARTICIPAÇÃO: GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

O **MUNICÍPIO DE GARIBALDI**, torna público, para conhecimento dos interessados, que, no dia e hora acima descritos, realizará licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, através do endereço eletrônico www.pregaobanrisul.com.br, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, IN nº 73 de 2022 e do Decreto Municipal nº 4.765/2023.

Maiores informações encontram-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Garibaldi, RS, junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizado na Rua Júlio de Castilhos, nº 254, Centro, ou pelo telefone (54) 3462-8228, ou ainda através do e-mail: licitacoes@garibaldi.rs.gov.br.

As empresas que desejarem participar do referido PREGÃO ELETRÔNICO deverão efetuar os procedimentos junto ao sítio eletrônico, conforme determinado neste edital.

1- DO OBJETO

1.1. Constitui-se como objeto da presente licitação a aquisição de materiais, ferramentas e insumos de uso operacional, classificados como bem de consumo, com exigência de apresentação de amostras físicas para análise técnica prévia, por meio de sistema de Registro de Preços, destinados às equipes da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSU) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Bem Estar Animal (SMMA), para execução contínua dos serviços destas secretarias, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ADITIVO DE RADIADOR SINTÉTICO (LITRO).	UN	210	R\$ 27,74	R\$ 5.826,10
02	CABEÇOTE PARA ROCADEIRA MANUAL E A GASOLINA DE PLÁSTICO (COMPATÍVEL COM MODELOS STHIL FS160, 180, 220, 260, 280, 290, 300, 310 E 350).	UN	300	R\$ 37,25	R\$ 11.175,00
03	CAPA DE CHUVA - CAPA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM PVC, COM FORRO DE POLIÉSTER, CAPUZ CONJUGADO, COM MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO E COSTURA ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA - TAM EXGG.	UN	50	R\$ 15,46	R\$ 773,00
04	CARRINHO DE MÃO CAPACIDADE MÍNIMA 60 LITROS LARGURA MÍNIMA 60CM ALTURA MÍNIMA 45CM	UN	12	R\$ 467,67	R\$ 5.611,98



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

	COMPRIMENTO TOTAL MÍNIMO 1,45MT CHAPA DE NO MÍNIMO 1,20MM/#18 ESTRUTURA DE CANTONEIRA 1.1/4X1/8 FERRO MACIÇO 1/4 PNEU 3,25X8 COM CÂMARA.				
05	COLHER DE PEDREIRO Nº 8	UN	20	R\$ 20,84	R\$ 416,72
06	COLHER DE PEDREIRO Nº 9	UN	20	R\$ 23,31	R\$ 466,24
07	DESEMPENADEIRA LISA (SEM FELTRO E SEM ESPUMA)	UN	50	R\$ 13,01	R\$ 650,63
08	DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA ASFALTO COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 400 X 3,2 X 20MM (16 X 0,126 X 0,787), MAX. 4800 RPM, MAX. 100 M/S	UN	20	R\$ 929,67	R\$ 18.593,33
09	ENXADA OLHO OVAL 8 COM CABO DE MADEIRA 120CM – LARGURA: 22CM	UN	35	R\$ 59,48	R\$ 2.081,80
10	FIO NYLON PARA ROÇADEIRA AMARELO REDONDO 3.0MM X 300M	RL	55	R\$ 327,00	R\$ 17.985,00
11	LÂMINA DE SERRA FERRO 300MM 12 TIPO DE LÂMINA: BIMETÁLICA – DENTIÇÃO: 10-14	UN	80	R\$ 11,42	R\$ 913,20
12	LUVA DE LÁTEX LONGA RANHURADA 40CM – PROTEÇÃO DO ANTEBRAÇO – CA 15.100 – TAM GG	PAR	210	R\$ 8,50	R\$ 1.785,00
13	LUVA DE POLIAMIDA COM BORRACHA NITRÍLICA, TAMANHO 9, PNV 0900	PAR	40	R\$ 9,29	R\$ 371,73
14	MANGUEIRA DE INCÊNDIO 1.1/2 15M TIPO I – COM REFORÇO TÊXTIL, 100% EM FIOS DE POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE E COM TUBO INTERNO DE BORRACHA, DEVE POSSUI ENGATE RÁPIDO NAS EXTREMIDADES	UN	20	R\$ 364,67	R\$ 7.293,33
15	MANGUEIRA DE INCÊNDIO 1.1/2 25M TIPO I COM REFORÇO TÊXTIL, 100% EM FIOS DE POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE E COM TUBO INTERNO DE BORRACHA, DEVE POSSUI ENGATE RÁPIDO NAS EXTREMIDADES	UN	20	R\$ 537,36	R\$ 10.747,13
16	MARTELO DE ORELHA	UN	20	R\$ 37,61	R\$ 752,27
17	MACACÃO SANEAMENTO BRASCAMP, CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO, PLASTIFICADO EM PVC, SOLDADO ELETRONICAMENTE, COM CAPUZ FIXO, FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE ZÍPER E BOTÕES DE PRESSÃO, MANGAS LONGAS – COM BOTA E LUVAS ACOPLADAS 100% IMPERMEÁVEL – EXGG	UN	30	R\$ 206,74	R\$ 6.202,30
18	PÁ DE CHIPA DE BICO FORJADA COM CABO DE MADEIRA DE 150CM	UN	35	R\$ 64,51	R\$ 2.257,94
19	VASSOURÃO COM CABO PIAÇAVA 50CM	UN	62	R\$ 42,24	R\$ 2.618,73

1.2. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda das Secretarias;

1.3. As entregas deverão ocorrer em locais indicados por cada secretaria demandante, dentro



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

dos prazos estabelecidos, garantindo o abastecimento contínuo e o funcionamento adequado das atividades executadas pelos servidores.

1.4. Os materiais, ferramentas e insumos a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas mínimas necessárias para garantir qualidade, segurança e compatibilidade com os equipamentos utilizados pelas equipes das Secretarias. Cada item deverá possuir padrão de fabricação adequado, resistência compatível com o uso operacional e conformidade com as descrições estabelecidas no Termo de Referência.

1.5. Os fornecedores deverão assegurar que todos os produtos entregues sejam novos, de primeiro uso, sem avarias, fabricados conforme parâmetros usuais do mercado e, quando aplicável, atendendo às normas técnicas vigentes, como padrões de qualidade definidos por fabricantes, ABNT ou demais referenciais técnicos pertinentes.

1.6. As condições de garantia deverão observar os prazos ofertados pelos fabricantes ou fornecedores, ficando estes responsáveis pela substituição de materiais com defeito ou vícios constatados durante o período de garantia legal ou contratual.

1.7. O prazo máximo para entrega será de até 10 (dez) dias úteis contados da emissão da Nota de Empenho, salvo disposição diversa estabelecida no pedido formal.

1.8. Todos os itens deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

1.8.1. Durante o prazo de garantia, o fornecedor deverá substituir, sem ônus, quaisquer materiais que apresentem defeitos de fabricação, vício oculto ou desempenho inferior, arcando integralmente com os custos de transporte, material e mão de obra.

1.8.2. Todos os prazos de garantia deverão estar expressamente informados na proposta e no prospecto técnico entregue junto à amostra, sendo o fornecedor integralmente responsável pela substituição imediata e sem ônus de quaisquer itens com defeito de fabricação durante o período estipulado, em conformidade com a legislação aplicável e com os termos do edital.

1.9. A entrega dos materiais deverá ocorrer nos seguintes locais, durante o horário de expediente dos órgãos, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h:

a) Secretaria Municipal de Serviços Urbanos: Parque de Máquinas – Rua Ernesto Alves, nº 1589, Bairro Juventude, Garibaldi/RS, CEP: 95720-000, ou conforme endereço indicado na Nota de Empenho;

b) Secretaria Municipal de Meio Ambiente: Rua Irmão José Sion, 390, Bairro Centro, Garibaldi/RS, CEP: 95720-000, ou conforme endereço indicado na Nota de Empenho;

1.10. A contratada deverá assegurar que o transporte, manuseio e acondicionamento dos itens garantam sua integridade até o recebimento.

1.11. A empresa fornecedora deverá garantir que os produtos estejam rotulados, identificados e acompanhados de nota fiscal, contendo data de fabricação, número de lote e dados do fabricante. Não serão aceitos materiais reconicionados, remanufaturados, fora de linha ou com sinais de uso.

1.12. Será realizada inspeção física no momento da entrega. Constatadas não conformidades ou defeitos, o material será recusado total ou parcialmente, cabendo à contratada providenciar a substituição imediata, sem ônus adicional para a Administração.

1.13. O prazo para aceitação ou recusa será de até 5 (cinco) dias úteis contados da entrega. Eventuais problemas deverão ser registrados em relatório circunstanciado pelo fiscal, com comunicação formal à contratada por meio de ofício ou sistema oficial de gestão.

2 – DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL

2.1. O edital será publicado, no sitio eletrônico, no máximo, até o dia 25 de maio de 2026;

2.2. A data e hora limite para recebimento de propostas nos termos exigidos no edital é 16 de junho de 2026, às 08h29min;

2.3. A abertura das propostas ocorrerá no dia 16 de junho de 2026, às 08hrs30min;

2.4. A disputa terá início no dia 16 de junho de 2026, às 09hrs;

2.5. O endereço eletrônico para formalização de questionamentos e impugnações: licitacoes@garibaldi.rs.gov.br;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

2.6. Sítio eletrônico da sessão: www.pregaobanrisul.com.br.

2.7. Todas as referências de tempo deste certame observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

3 – DO CREDENCIAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

3.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá buscar informações a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

3.1. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: www.pregaobanrisul.com.br, e pelo telefone (51) 3288-1160.

3.2. É de responsabilidade do licitante, além de se credenciar previamente no sistema eletrônico utilizado no certame, cumprir as regras do presente edital, devendo:

3.2.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.2.3. As informações acerca do andamento do processo licitatório serão encaminhadas pela Pregoeira, via chat, ficando a cargo do licitante a responsabilidade pelo acompanhamento.

3.2.4. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.2.5. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

3.2.6. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3.3. Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

f) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

g) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

i) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.3.1. O impedimento de que trata a alínea "a" do item 3.4, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.3.2. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

3.3.3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas "g" e "i" poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.3.4. O disposto nas alíneas "g" e "i" não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.4. A participação de pessoa jurídica em consórcio no presente processo licitatório fica condicionada ao atendimento dos requisitos do art. 15 da Lei 14.133/2021.

3.5. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da presente licitação, desde que:

a) a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

b) a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

c) qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado.

d) o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

3.6. É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo no caso de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

4 – DO MODO DE DISPUTA

4.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 8.

4.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará **10 (dez) minutos**, e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

4.2.1. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

4.3. Encerrado o prazo do item 4.2, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

4.4. Encerrada a recepção dos lances, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

4.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

4.6. Na hipótese do sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.garibaldi.rs.gov.br.

4.8. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. As propostas deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 5 e 6 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Os documentos de habilitação serão solicitados pelo pregoeiro ao vencedor, concedendo prazo de 02 (duas) horas para que sejam anexados no sistema após a finalização da etapa dos lances e após inserção e ajustes da proposta final.

5.3. O licitante deverá declarar, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

5.3.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.

5.3.2. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006, como condição para aplicação do disposto no item 9, deste edital, mediante apresentação de **declaração de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, firmada pelo responsável legal e contador ou técnico contábil, com o receptivo CRC, e com data não superior a 60 (sessenta) dias da data da licitação.**

5.3.2.1. **Em substituição ao documento supramencionado, poderá ser apresentada Certidão Simplificada, que comprove o enquadramento da Licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, emitida pela Junta Comercial do Estado de sede da Licitante, certificada digitalmente e com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data da licitação.**

5.3.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.4. Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

OBSERVAÇÃO 01: A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações da Lei 147/2014, deverá assinalar em campo próprio do Sistema Pregão Eletrônico Bannisul quando da inclusão das propostas no sistema.

5.4. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 (duas) horas.

5.5. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

5.5.1. DECLARAÇÕES (MODELO DO ANEXO II):

- a) Declaração de Idoneidade;
- b) Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/02;
- c) Declaração de cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

d) Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

e) Declaração que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

f) Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

g) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

h) Declaração da licitante de que não que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021.

5.5.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo, Estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Indicação do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova, indicando a diretoria em exercício;

c) Registro Comercial no caso de empresa individual.

5.5.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) com data de emissão de até 12 (doze) meses a data de abertura do certame;

b) Prova de regularidade expedida pela Procuradoria Nacional da Fazenda (**Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**).

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual.

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, sendo da sede ou domicílio do Licitante.

e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS) e seguridade social.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (obtida eletronicamente nos sites do TRT-4 e/ou Regional correspondente do licitante ou TST).

g) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.5.3.1. A microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no subitem **5.5.3.** deste edital, terão sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada vencedora do certame.

5.5.3.2. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

5.5.3.3. O prazo de que trata o item **5.5.3.1.** poderá ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

5.5.3.4. A não regularização da documentação, no prazo fixado nos itens acima, implicará na



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.5.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo de validade em vigor.

a.1) Caso a certidão não possua prazo de validade, será considerada vigente aquela com até 90 dias de emissão, a contar da data de expedição.

5.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.7. A documentação deverá ser apresentada na sua forma original ou por cópia autenticada, com exceção da documentação eletrônica, que possui autenticação do site oficial.

5.7.1. As empresas licitantes deverão se atentar para apresentação dos documentos correspondentes à proposta financeira e à habilitação, OBRIGATORIAMENTE, em seus RESPECTIVOS CAMPOS E NOS PRAZOS ESPECÍFICOS estabelecidos nas convocações realizadas pelo(a) Agente de Contratação. Ressalta-se que NÃO SERÃO ACEITOS documentos de habilitação anexados conjuntamente com a proposta financeira, inicial ou atualizada, **SOB PENA DE IMEDIATA DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE.**

5.8. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.9. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com assinatura eletrônica avançada ou assinatura eletrônica qualificada, nos termos do Decreto Municipal nº 4.765/2023.

5.10. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

6 - DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em **sessenta** (60) dias, deverá ser registrada no sistema eletrônico, observando as diretrizes do **Anexo III**. Também deverá conter:

a) Razão social da empresa;

b) Preço unitário e total do item, até duas casas após a vírgula, em moeda nacional, devendo estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, as quais correrão por conta da licitante vencedora.

c) Informação de marca e modelo ofertada que deverá ser observada na entrega.

d) Informação do fabricante do produto.

e) Descrição do objeto, contendo as informações de acordo com a especificação do Termo de Referência;

f) Indicação do prazo de garantia do produto, de acordo com a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

6.2. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como, com preços superestimados ou inexequíveis, ou superiores ao estimado pela



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

Administração.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, exceto em caso de erro grosseiro, questão que será avaliada pelo pregoeiro.

6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.6. As empresas licitantes deverão se atentar para apresentação dos documentos correspondentes à proposta financeira e à habilitação, OBRIGATORIAMENTE, em seus RESPECTIVOS CAMPOS E NOS PRAZOS ESPECÍFICOS estabelecidos nas convocações realizadas pelo(a) Agente de Contratação. Ressalta-se que NÃO SERÃO ACEITOS documentos de habilitação anexados conjuntamente com a proposta financeira, inicial ou atualizada, **SOB PENA DE IMEDIATA DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE.**

6.7. A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR, JUNTAMENTE DA PROPOSTA ATUALIZADA, OS SEGUINTE DOCUMENTOS, SOB PENA DE INABILITAÇÃO:

a) A empresa licitante deverá apresentar declaração formal, assinada pelo representante legal, de que garante o fornecimento dos produtos por um período de 1 ano.

b) Os prazos de garantia deverão estar expressamente informados na proposta e no prospecto técnico entregue junto à amostra, sendo o fornecedor integralmente responsável pela substituição imediata e sem ônus de quaisquer itens com defeito de fabricação durante o período estipulado, em conformidade com a legislação aplicável e com os termos do edital.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item **3.3.** deste Edital.

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.

7.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8 – DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. Será desclassificada a proposta que:

a) Contiver vícios insanáveis;

b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.1.1. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.1.2. No caso de bens e serviços em geral, a Administração considerará indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, facultando ao Pregoeiro diligenciar, conforme item 8.3.

8.1.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.2. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.3. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.3.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.4. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.5. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.6. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.7. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.9.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.9.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.9.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 01 (um) minuto, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.10. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será determinado previamente via sistema.

8.12. Na licitação para registro de preços não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

8.13. Somente serão considerados válidos os lances dos licitantes que forem inseridos na “sala de disputa”, não sendo considerados outros meios, tais como chat do sistema, e-mail, etc.

9 - DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

9.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias da referida Lei.

9.1.1. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

9.1.2. A situação de empate somente será verificada depois de ultrapassada a fase da proposta e encerrados os lances.

9.2. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item **9.1.1** deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea “a” deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem e serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

9.3. Se não houver licitante que atenda ao item 9.2. e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 4.172, de 1º de setembro de 2023;

d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.4. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

b) Empresas brasileiras;

c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10 – NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.2. A negociação será encerrada após transcorridos 15 (quinze) minutos da sua abertura, exceto se as partes entrarem em acordo antes desse período.

10.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

10.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

10.5. Será permitido o registro de mais de um fornecedor, desde que a cotação seja em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

10.6. Para o registro, o Pregoeiro solicitará aos demais participantes que informem se aceitam fornecer o bem ou prestar o serviço em preço igual ao licitante vencedor, o que será registrado em Ata.

10.7. O licitante vencedor terá o prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput deste artigo.

10.7.1. A critério do pregoeiro, o prazo supramencionado, poderá ser prorrogado, uma única vez, em até 120 (cento e vinte) minutos;

11 – DA ENTREGA DA AMOSTRA

11.1. Após a classificação do licitante provisoriamente declarado vencedor, o certame será suspenso, e a Agente de Contratação se manifestará via chat do sistema eletrônico solicitando o envio de uma amostra de todos os itens da licitação, para análise dos produtos ofertados, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, para fins de aprovação definitiva da entrega total à municipalidade.

11.1.1. O licitante provisoriamente declarado vencedor deverá encaminhar as amostras, apenas após a solicitação do Agente de Contratação;

11.2. A licitante detentora da melhor oferta deverá entregar 01 (uma) amostra (protótipo). A amostra deverá ser identificada, por meio de etiqueta adesiva, impressão na peça ou outra forma de identificação, com os seguintes dados: **razão social da licitante, nº do pregão, nº do item, a marca ou fabricante do material.**

11.2.1. A empresa licitante deverá encaminhar a amostra (protótipo) acompanhada de prospecto técnico contendo marca, referência do fabricante, medidas e prazo de garantia, para fins de avaliação e aprovação definitiva, conforme detalhado no Termo de Referência.

11.3. A embalagem deve ser apresentada em sua forma original e idêntica a que será entregue em definitivo.

11.4. As amostras deverão ser entregues na sede do Parque de Máquinas, pertencente à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, situado na Rua Ernesto Alves, nº 1589, Bairro Juventude, Garibaldi/RS, CEP: 95720-000, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da solicitação formal da Administração, e serão avaliadas pelo servidor Léo Zwirtes, matrícula nº 5336.

11.4.1. Os horários para entrega são: 08h às 11h30min / 13h30min às 17h, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega;

11.4.2. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo;

11.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

11.6. A amostra será avaliada pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, que emitirá parecer técnico quanto à conformidade com as especificações do Termo de Referência. O não atendimento a essa exigência implicará desclassificação do licitante.

11.7. As amostras serão avaliadas quanto à:

a) Adequação às especificações técnicas constantes na planilha, incluindo marca/fabricante, referência técnica, acabamento, e conformidade com normas da ABNT, INMETRO e demais exigências regulamentares;

b) Qualidade do material e conformidade visual com os critérios mínimos estabelecidos;

c) Apresentação do prazo de garantia exigido.

d) Para as amostras enviadas serão avaliados os aspectos do material, para verificar se atendem a descrição fiel do item e que tenha padrões mínimos de aceitabilidade.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

11.7.1. Da análise das amostras será emitido parecer técnico (aprovado ou reprovado) ao Pregoeiro para fins do encaminhamento do processo para adjudicação e homologação do lote à licitante detentora da melhor oferta.

11.7.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por parecer do setor competente.

11.7.3. A não apresentação ou reprovação técnica da amostra implicará desclassificação da proposta, sendo convocado o licitante subsequente.

11.8. Serão rejeitadas as amostras que:

11.8.1. Apresentarem defeitos durante a análise técnica;

11.8.2. Apresentarem divergência a menor em relação às especificações técnicas da proposta;

11.8.3. Apresentarem qualidade inferior em relação às especificações constantes da proposta. A amostra poderá ser desclassificada, mesmo que possua todas as especificações exigidas no Edital, através de laudo fundamentado pela comissão de avaliação.

11.9. A Administração poderá realizar testes práticos e/ou análises técnicas para verificação da conformidade dos materiais, sem custos adicionais. Quando aplicável, o fornecedor deverá disponibilizar manuais, catálogos técnicos ou instruções de uso em português, de forma impressa ou digital, como condição para aprovação do item.

11.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por parecer do setor competente;

11.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência;

11.12. As amostras poderão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a divulgação do resultado final do certame. Decorrido esse prazo, a Administração poderá proceder com o descarte dos materiais, sem qualquer tipo de ônus ou responsabilidade de ressarcimento.

12 – DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de avaliação das amostras, o certame terá prosseguimento, com a verificação dos documentos de habilitação do licitante provisoriamente classificado como vencedor.

12.2. Caso entenda necessário, o pregoeiro poderá verificar se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

12.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

12.4. Os documentos de habilitação, de que trata o item 5.5, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

12.4.1. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

12.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

12.7. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

12.8. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.9. Caso a licitação dependa da verificação da Planilha de Custos, a sessão será suspensa para análise pela secretaria competente para, após, ser adjudicada.

12.9.1. Nesse caso, a empresa vencedora, declarada na fase dos lances, deverá apresentar ao pregoeiro, em até 48 horas contados da realização do certame, uma planilha de custos detalhada, conforme modelo em anexo, com todos os valores unitários e total. A planilha será encaminhada para a Secretaria competente para análise dos valores e o certame ficará suspenso para posterior adjudicação.

13 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E IMPUGNAÇÕES

13.1. Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, os licitantes poderão manifestar justificadamente a intenção de interposição de recurso, em campo próprio do sistema, durante o prazo de 10 (dez) minutos, encerrado este prazo automaticamente pelo sistema, sob pena de decadência do direito de recurso.

13.2. Havendo a manifestação motivada do interesse em recorrer, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a interposição das razões do recurso, também via sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

13.2.1. O recurso deverá versar sobre:

a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) Julgamento das propostas;

c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) Anulação ou revogação da licitação.

13.2.2. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 13.2.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) A apreciação dar-se-á em fase única.

13.3. O recurso e as contrarrazões serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.4. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.5. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.6. A impugnação ao edital de licitação deve ser protocolada em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.6.1. A impugnação deverá ser encaminhada ao e-mail licitacoes@garibaldi.rs.gov.br, o qual servirá como protocolo oficial.

13.6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão encaminhadas para o endereço eletrônico da impugnante e divulgadas no sítio eletrônico da Administração.

13.7. Os recursos, impugnações e contrarrazões interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.8. A licitante poderá encaminhar pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

14 – DO ENCERRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Após a homologação do resultado da licitação, a Administração, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, assinarem a Ata de Registro de Preços.

15.1.1. O extrato da Ata de Registro de Preços será publicado de acordo com o Decreto Municipal nº 4.765/2023.

15.1.2. Serão também registrados os fornecedores que aceitarem fornecer o bem ou prestar o serviço em preço igual ao licitante vencedor.

15.2. A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

15.2.1. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, os quantitativos serão automaticamente renovados.

15.3. A existência de preço registrado não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, desde que devidamente motivada.

15.4. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- c) sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento do objeto, desde que comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

15.6. Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou serviços tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços registrados poderão ser reequilibrados e reajustados em conformidade com as modificações ocorridas, devendo estas ser efetivamente demonstradas.

15.6.1. Na hipótese prevista no item 15.6, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

15.6.2. O disposto no item 15.6 aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos tributos ou de alteração das alíquotas dos já existentes, ou fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, que impactem no custo do fornecedor, devendo o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ser analisado na forma do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

15.6.3. Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.

15.6.4. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, mediante solicitação à Administração Municipal, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes, etc.

15.6.5. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

15.6.6. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado.

15.6.7. O pedido de reequilíbrio somente será analisado pela Administração Pública após a inequívoca comprovação da ocorrência do fato gerador que ensejou o alegado desequilíbrio no fluxo financeiro da REGISTRADA.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

15.6.8. Considerando-se que o equilíbrio exigido na relação contratual envolve uma contraposição entre encargos e vantagens, não serão concedidos reequilíbrios que ensejem impacto irrisório à Administração.

15.6.9. A base de cálculo do reajuste anual será o valor da proposta financeira apresentada, com o acréscimo, se houver, de eventuais correções inflacionárias decorrentes do decurso de prazo contratual, sendo descontada a porcentagem dos reequilíbrios concedidos durante a contratação.

16 – DOS PRAZOS E DO FORNECIMENTO

16.1. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte, entrega e descarregamento dos materiais nos locais indicados por cada secretaria, garantindo a integridade física dos produtos até o recebimento definitivo.

16.2. O prazo máximo para entrega será de até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota de empenho;

16.3. A entrega dos materiais deverá ocorrer nos seguintes locais, durante o horário de expediente dos órgãos, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h:

a) Secretaria Municipal de Serviços Urbanos: Parque de Máquinas – Rua Ernesto Alves, nº 1589, Bairro Juventude, Garibaldi/RS, CEP: 95720-000, ou conforme endereço indicado na Nota de Empenho;

b) Secretaria Municipal de Meio Ambiente: Rua Irmão José Sion, 390, Bairro Centro, Garibaldi/RS, CEP: 95720-000, ou conforme endereço indicado na Nota de Empenho;

16.4. O recebimento dos materiais será realizado de forma provisória no ato da entrega.

16.5. Caso o(s) produto(s) não esteja(m) de acordo com as especificações solicitadas, o(s) mesmo(s) será(ão) recusado(s), cabendo à CONTRATADA substituí-lo(s) no prazo máximo de 2 (duas) horas, por outro(s) que atenda(m) ao solicitado, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

17 – DO PAGAMENTO

17.1. Os pagamentos serão efetuados até o 30º (trigésimo) dia, contado a partir do recebimento da respectiva nota fiscal no setor de empenhos, desde que haja a devida comprovação da entrega dos produtos, atestada pelo fiscal, conforme Calendário de Pagamentos a Fornecedores, correndo a despesa na:

ÓRGÃO 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

3.3.3.90.30.03 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTRAS FINALIDADES (151003)

3.3.3.90.30.25 – MATERIAL PARA MANUT. DE BENS MOVEIS (153025)

3.3.3.90.30.28 – MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA (153028)

3.3.3.90.30.42 – FERRAMENTAS (153042)

3.3.3.90.30.99 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO (151099)

3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO (153022)

ÓRGÃO 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO (1125)

3.3.90.30.01 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS (112501)

3.3.90.30.42 – FERRAMENTAS (112542)

3.3.90.30.02.40 – MATERIAL PARA MANUT. DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES (112524)

3.3.90.30.28 – MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA (112528)

3.3.90.30.16 – MATERIAL DE EXPEDIENTE (112516)

3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO (112522)

17.2. A forma de pagamento será por meio de crédito em conta bancária, devendo a contratada informar banco, agência, operação e número da conta bancária em nome da contratada, ou através de boleto de cobrança bancária.

a) Quando a cobrança ocorrer por boleto, o mesmo somente poderá ser emitido com código de barra padrão FEBRABAN com vencimento apresentação.

17.3. Caso o objeto do certame seja passível de retenção de imposto, conforme IN/RFB 1234/12 e IN/RFB 971/09, a contratada ficará sujeita à aplicação desta.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI**

17.4. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Pregão e da Ordem de Fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

17.5. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a CONTRATADA adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a CONTRATADA ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.

17.6. Em caso de atraso no pagamento por parte e por motivação da contratante, o valor devido será atualizado monetariamente com base no IPCA (IBGE), considerando-se a variação no período compreendido entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento.

18 – DAS OBRIGAÇÕES

18.1. Das obrigações da CONTRATADA:

a) Fornecimento dos materiais em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, garantindo que sejam novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de qualidade e prontos para utilização;

b) Responsabilidade pelo transporte, embalagem, descarga e entrega dos materiais até o local designado pela Administração Municipal, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da emissão da Nota de Empenho, sem ônus adicional ao Município;

c) Garantir a substituição imediata de quaisquer materiais que apresentem defeito de fabricação, não estejam em conformidade com as especificações contratadas ou apresentem avarias decorrentes do transporte;

d) Manter, quando aplicável, os prazos de validade e garantia dos materiais fornecidos, conforme normas técnicas e regulamentações vigentes;

e) Fornecer as amostras exigidas para análise prévia, acompanhadas de prospecto técnico e documentação de conformidade, conforme item 5 deste Termo de Referência. As amostras deverão ser entregues na sede do Parque de Máquinas, pertencente à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, situado na Rua Ernesto Alves, nº 1589, Bairro Juventude, Garibaldi/RS, CEP: 95720-000, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da solicitação formal da Administração.

f) Responsabilizar-se por danos ou prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução contratual, inclusive durante o transporte e a entrega, sem quaisquer ônus ao Município;

g) Cumprir todas as disposições legais e regulamentares pertinentes, em especial as previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo administrativa, civil e criminalmente pelo descumprimento das obrigações contratuais.

18.2. Das obrigações da CONTRATANTE:

a) Indicar formalmente o fiscal do contrato, responsável por acompanhar e verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, realizando a conferência dos materiais entregues e atestando a conformidade com as especificações do Termo de Referência;

b) Informar claramente o local de entrega e o responsável pelo recebimento dos materiais, garantindo acesso às dependências necessárias em horário de expediente regular;

c) Atuar com celeridade na conferência e no atesto dos materiais, de forma a não gerar atrasos na liquidação e no pagamento das notas fiscais devidamente apresentadas pela contratada;

d) Fornecer à contratada as informações e documentos necessários à adequada execução contratual, sempre que solicitados, no âmbito de suas atribuições legais;

e) Assegurar, quando aplicável, o apoio logístico mínimo para o recebimento dos materiais, limitado ao espaço físico adequado para conferência, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pelo transporte e descarga.

19 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Dar causa à inexecução total do contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

- d)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- m)** Não assinar a ata de registro de preços.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 19.1 deste edital as seguintes sanções:

a) advertência, quando der causa à inexecução parcial do contrato, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) multa, a ser calculada na forma do edital ou do contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, que será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 19.1.

c) impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando do cometimento das infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 19.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando do cometimento das infrações administrativas previstas nas alíneas "h", "i", "j", "l" e m do item 19.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g", do item 19.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea c do item 19.2, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

e) multa de 2% sobre o valor total do contrato, além das penalidades já utilizadas e previstas na legislação, em caso de descumprimento de normas trabalhistas.

f) No caso da alínea "n", suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado.

19.2.1. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 19.2 do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

19.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a)** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b)** As peculiaridades do caso concreto
- c)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d)** Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.3. A sanção estabelecida na alínea "d" do item 19.2 será precedida de análise jurídica e observará e será aplicada pela autoridade máxima municipal;

19.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.5. A aplicação das sanções previstas no item 19.2 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.6. Na aplicação da sanção prevista no item 19.2, alínea "b", do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.3. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 19.2 do presente Edital dependerá de instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de no mínimo 3 (três) servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

19.3.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

19.3.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.4. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.5. Sobrevindo aplicação de nova penalidade no curso do período das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 19.2 deste edital, será somado ao período remanescente o fixado na nova decisão condenatória, reiniciando-se os efeitos das sanções.

19.5.1. Na soma envolvendo sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 19.2, observar-se-á o prazo máximo de 6 (seis) anos em que o condenado poderá ficar proibido de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

19.5.2. Para o cálculo da soma contam-se as condenações em meses, desprezando-se os dias, respeitando-se o limite máximo previsto no item 19.10.1 deste edital, orientado pelo termo inicial da primeira condenação.

19.6. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a)** Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b)** Pagamento da multa;
- c)** transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d)** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e)** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.7. A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em decisão definitiva, assegurando ao licitante e ao contratado o sigilo dos registros sobre o seu processo e condenação.

20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas ao Setor de Licitações, sito na Rua Júlio de Castilhos, nº 254, pelo telefone (54) 3462-8228 ou através do e-mail licitacoes@garibaldi.rs.gov.br, no horário compreendido entre as 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para abertura do certame.

20.2. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

20.3. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e o número de telefone.

20.4. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou servidor do Município, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (Internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados e de sua validade, pela Administração.

20.5. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

20.6. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

20.7. A apresentação de proposta significa a aceitação dos termos desta licitação e vincula as partes nos termos do diploma jurídico que a rege.

20.8. Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

20.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.10. Este edital está à disposição dos interessados no horário das 8 horas às 11 horas e 30 minutos e das 13h30min às 17h, na Prefeitura Municipal de Garibaldi, na Rua Júlio de Castilhos, nº 254, telefone (54) 3462-8228, ou, no site www.garibaldi.rs.gov.br.

20.11. São anexos deste Edital:

ANEXO I - MODELO DE CREDENCIAMENTO

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÕES

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO IV - MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V - TERMO DE REFERÊNCIA

20.12. Será emitida Nota de Empenho em substituição ao contrato, nos termos do Artigo 95, da Lei nº 14.133/21.

20.13. Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Garibaldi, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Garibaldi, 22 de maio de 2026.

MIGUEL BONADIMAN
Secretário Municipal de Serviços Urbanos

ANDERSON LUIZ DALLA ROSA
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Bem Estar Animal

JÉSSICA PIMENTEL DA SILVA
Departamento de Compras e Licitações

Com exceção do "objeto", sobre o qual está Assessoria Jurídica não possui conhecimento técnico para se manifestar, este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria.

Ridan Coser Villa - OAB/RS 132.546
Assessor Jurídico
Procuradoria Geral do Município



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

A N E X O I – MODELO DE CREDENCIAMENTO
PREGÃO Nº ____/2026

CREDENCIAMENTO

CREDENCIADO

Nome: _____

Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____

Endereço: _____ Profissão: _____

Nº da Identidade: _____ CPF: _____

E-mail: _____

EMPRESA CREDENCIADORA

Nome: _____

Endereço: _____

CNPJ/MF: _____ Inscrição Estadual: _____

Através deste instrumento de credenciamento, a empresa acima descrita, nomeia o CREDENCIADO acima qualificado, para seu representante na licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº __, promovida pelo Município de Garibaldi, conferindo-lhe todos os poderes necessários para a prática dos atos licitatórios previstos na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e Decreto nº 4.765/2023, podendo o mesmo tudo assinar e requerer, em especial, ofertar lances, protestar, ingressar com manifestação de recursos, receber notificações, abdicar de direitos e assinar contratos e aditivos oriundos daquele certame licitatório.

_____ de ____ de _____.

NOME DO RESPONSÁVEL EMPRESA CREDENCIADORA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

A N E X O II – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA
PREGÃO Nº ____/2026

DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ/MF/Nº _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

ENDEREÇO: _____

Na qualidade de representante legal da empresa acima descrita, declaro sob as penas da lei e para fins da licitação Modalidade Pregão Eletrônico nº ____, que a Empresa por mim apresentada:

() não está suspensa temporariamente da participação em licitações, nem impedida de contratar com o Poder Público e, da mesma forma não está na situação de empresa inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público.

() não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

() cumpre os requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.

() está em observância ao limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

() apresenta proposta econômica que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega.

() não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

() cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos limites previstos no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

() não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021.

Ressalva CASO EMPREGUE MENOR: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

LOCAL: _____, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA:

NOME:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

A N E X O III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO Nº ____/2026

PROPOSTA DE PREÇOS

Empresa _____
Endereço _____
CNPJ/MF/Nº _____ Insc.Estadual: _____
Fone/Fax _____ e-mail: _____
Data da abertura: **16 DE JUNHO DE 2026** Horário: **08 horas e 30 minutos**
Conta Bancária para depósito para pagamento em caso de ser vencedor:
Banco _____ Nº Agência _____ Nº Conta nº _____
Declaro-me de pleno acordo com os termos e condições do Edital modalidade **Pregão Eletrônico nº ____/2026**, apresentando a seguinte proposta financeira, para fornecimento do seguinte serviço:

1.1 Constitui-se como objeto da presente licitação o registro de preços para a aquisição de materiais, ferramentas e insumos de uso operacional, classificados como bens de consumo, com exigência de apresentação de amostras físicas para análise técnica prévia, por meio de sistema de Registro de Preços, destinados às equipes da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSU) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Bem Estar Animal (SMMA), para execução contínua dos serviços destas secretarias, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ADITIVO DE RADIADOR SINTÉTICO (LITRO).	UN	210			
02	CABEÇOTE PARA ROCADEIRA MANUAL E A GASOLINA DE PLÁSTICO (COMPATÍVEL COM MODELOS STHIL FS160, 180, 220, 260, 280, 290, 300, 310 E 350).	UN	300			
03	CAPA DE CHUVA – CAPA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM PVC, COM FORRO DE POLIÉSTER, CAPUZ CONJUGADO, COM MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO E COSTURA ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA – TAM EXGG.	UN	50			
04	CARRINHO DE MÃO CAPACIDADE MÍNIMA 60 LITROS LARGURA MÍNIMA 60CM ALTURA MÍNIMA 45CM COMPRIMENTO TOTAL MÍNIMO 1,45MT CHAPA DE NO MÍNIMO 1,20MM/#18 ESTRUTURA DE CANTONEIRA 1.1/4X1/8 FERRO MACIÇO 1/4 PNEU 3,25X8 COM CÂMARA.	UN	12			
05	COLHER DE PEDREIRO Nº 8	UN	20			
06	COLHER DE PEDREIRO Nº 9	UN	20			
07	DESEMPENADEIRA LISA (SEM FELTRO E SEM ESPUMA)	UN	50			
08	DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA ASFALTO COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 400 X 3,2 X 20MM (16 X 0,126 X 0,787), MAX. 4800 RPM, MAX. 100 M/S	UN	20			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

09	ENXADA OLHO OVAL 8 COM CABO DE MADEIRA 120CM – LARGURA: 22CM	UN	35			
10	FIO NYLON PARA ROÇADEIRA AMARELO REDONDO 3.0MM X 300M	RL	55			
11	LÂMINA DE SERRA FERRO 300MM 12 TIPO DE LÂMINA: BIMETÁLICA – DENTIÇÃO: 10-14	UN	80			
12	LUVA DE LÁTEX LONGA RANHURADA 40CM – PROTEÇÃO DO ANTEBRAÇO – CA 15.100 – TAM GG	PAR	210			
13	LUVA DE POLIAMIDA COM BORRACHA NITRÍLICA, TAMANHO 9, PNV 0900	PAR	40			
14	MANGUEIRA DE INCÊNDIO 1.1/2 15M TIPO I – COM REFORÇO TÊXTIL, 100% EM FIOS DE POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE E COM TUBO INTERNO DE BORRACHA, DEVE POSSUI ENGATE RÁPIDO NAS EXTREMIDADES	UN	20			
15	MANGUEIRA DE INCÊNDIO 1.1/2 25M TIPO I COM REFORÇO TÊXTIL, 100% EM FIOS DE POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE E COM TUBO INTERNO DE BORRACHA, DEVE POSSUI ENGATE RÁPIDO NAS EXTREMIDADES	UN	20			
16	MARTELO DE ORELHA	UN	20			
17	MACACÃO SANEAMENTO BRASCAMP, CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO, PLASTIFICADO EM PVC, SOLDADO ELETRONICAMENTE, COM CAPUZ FIXO, FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE ZÍPER E BOTÕES DE PRESSÃO, MANGAS LONGAS – COM BOTA E LUVAS ACOPLADAS 100% IMPERMEÁVEL – EXGG	UN	30			
18	PÁ DE CHIPA DE BICO FORJADA COM CABO DE MADEIRA DE 150CM	UN	35			
19	VASSOURÃO COM CABO PIAÇAVA 50CM	UN	62			

1.2. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda das Secretarias;

1.3. As entregas deverão ocorrer em locais indicados por cada secretaria demandante, dentro dos prazos estabelecidos, garantindo o abastecimento contínuo e o funcionamento adequado das atividades executadas pelos servidores.

1.4. Os materiais, ferramentas e insumos a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas mínimas necessárias para garantir qualidade, segurança e compatibilidade com os equipamentos utilizados pelas equipes das Secretarias. Cada item deverá possuir padrão de fabricação adequado, resistência compatível com o uso operacional e conformidade com as descrições estabelecidas no Termo de Referência.

1.5. Os fornecedores deverão assegurar que todos os produtos entregues sejam novos, de primeiro uso, sem avarias, fabricados conforme parâmetros usuais do mercado e, quando aplicável, atendendo às normas técnicas vigentes, como padrões de qualidade definidos por fabricantes, ABNT ou demais referenciais técnicos pertinentes.

1.6. As condições de garantia deverão observar os prazos ofertados pelos fabricantes ou fornecedores, ficando estes responsáveis pela substituição de materiais com defeito ou



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

vícios constatados durante o período de garantia legal ou contratual.

1.7. O prazo máximo para entrega será de até 10 (dez) dias úteis contados da emissão da Nota de Empenho, salvo disposição diversa estabelecida no pedido formal.

1.8. Todos os itens deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

1.8.1. Durante o prazo de garantia, o fornecedor deverá substituir, sem ônus, quaisquer materiais que apresentem defeitos de fabricação, vício oculto ou desempenho inferior, arcando integralmente com os custos de transporte, material e mão de obra.

1.8.2. Todos os prazos de garantia deverão estar expressamente informados na proposta e no prospecto técnico entregue junto à amostra, sendo o fornecedor integralmente responsável pela substituição imediata e sem ônus de quaisquer itens com defeito de fabricação durante o período estipulado, em conformidade com a legislação aplicável e com os termos do edital.

1.9. A entrega dos materiais deverá ocorrer nos seguintes locais, durante o horário de expediente dos órgãos, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h:

a) Secretaria Municipal de Serviços Urbanos: Parque de Máquinas – Rua Ernesto Alves, nº 1589, Bairro Juventude, Garibaldi/RS, CEP: 95720-000, ou conforme endereço indicado na Nota de Empenho;

c) Secretaria Municipal de Meio Ambiente: Rua Irmão José Sion, 390, Bairro Centro, Garibaldi/RS, CEP: 95720-000, ou conforme endereço indicado na Nota de Empenho;

1.10. A contratada deverá assegurar que o transporte, manuseio e acondicionamento dos itens garantam sua integridade até o recebimento.

1.11. A empresa fornecedora deverá garantir que os produtos estejam rotulados, identificados e acompanhados de nota fiscal, contendo data de fabricação, número de lote e dados do fabricante. Não serão aceitos materiais reconicionados, remanufaturados, fora de linha ou com sinais de uso.

1.12. Será realizada inspeção física no momento da entrega. Constatadas não conformidades ou defeitos, o material será recusado total ou parcialmente, cabendo à contratada providenciar a substituição imediata, sem ônus adicional para a Administração.

1.13. O prazo para aceitação ou recusa será de até 5 (cinco) dias úteis contados da entrega. Eventuais problemas deverão ser registrados em relatório circunstanciado pelo fiscal, com comunicação formal à contratada por meio de ofício ou sistema oficial de gestão.

O município de Garibaldi é optante de assinaturas digitais e deve atender as especificações contidas no Decreto Municipal nº 4.765/2023.

Caso a empresa seja optante de assinatura digital, favor informar o responsável legal, CPF e-mail para envio da documentação:

Nome: _____ CPF: _____ E-mail: _____

Validade da Proposta: 60 dias

Local: _____, ____ de _____ de ____.

Assinatura: _____

Nome do Responsável: _____



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026

Aos ... dias do mês de de dois mil e vinte e cinco, às horas, reuniram-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a seleção de propostas para registro de preços para Fornecimento de, conforme descrito nos itens..... do Edital, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, IN nº 73 de 2022 e do Decreto Municipal nº 4.765/2023.

Participaram do certame as empresas: Conferidos os documentos apresentados para tanto, as empresas participantes restaram credenciadas.

Foi recebida a proposta de preços e os documentos de habilitação. Verificada a proposta de preços, e tendo concluído que apresenta condições positivas de classificação, eis que os preços ofertados situaram-se dentre aqueles vigentes no mercado para idênticas condições de fornecimento, segundo a pesquisa informativa que se realizou, o Pregoeiro decidiu pela abertura do momento de lances conforme planilha anexa.

Encerrada a fase de lances, considerando o valor unitário por item, foram declarados vencedores os seguintes licitantes:

para o item 01 -, com o preço final (ou negociado) de R\$

para o item 02 -, com o preço final (ou negociado) de R\$

para o item 03 -, com o preço final (ou negociado) de R\$

O relatório de lances ofertados para cada item, contendo a classificação dos demais participantes, encontra-se em anexo ao processo de licitação, sendo rubricado por todos.

Após a fase das propostas e lances foram conferidos os documentos de habilitação. Foram habilitadas as empresas:

Adjudica-se à empresa vencedora:, o objeto constante nos lotes/itensdo edital;, o objeto constante nos lotes/itens do edital;o objeto constante nos lotes/itens do edital.

Foi concedido prazo para recurso, não havendo manifestação de interposição do mesmo. Nada mais havendo a constar, foi encerrada a presente sessão, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e licitantes. Encaminha-se à Assessoria Jurídica todo o processo para análise dos documentos e procedimentos adotados por mim pregoeiro e equipe de apoio para, posterior homologação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

A N E X O V – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO Nº ____/2026



TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, COM EXIGÊNCIA DE AMOSTRA.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de materiais, ferramentas e insumos de uso operacional, classificados como bens de consumo, com **exigência de apresentação de amostras físicas** para análise técnica prévia, por meio de sistema de Registro de Preços, destinados às equipes da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSU) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Bem Estar Animal (SMMA), para execução contínua dos serviços destas secretarias.

Tais bens de consumo são necessários para a realização das atividades rotineiras de conservação e manutenção dos espaços urbanos, e serão utilizados pelas equipes operacionais em serviços como roçada, poda de vegetação, pequenos reparos, operação e manutenção de equipamentos, paisagismo e ajardinamento urbano entre outras atividades indispensáveis à adequada conservação da infraestrutura municipal e embelezamento da cidade.

A presente aquisição destina-se ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, assegurando a continuidade das ações permanentes de manutenção e conservação, essenciais para o bom funcionamento, organização e segurança dos espaços públicos do Município de Garibaldi e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Bem Estar Animal, para manutenção do paisagismo e do ajardinamento urbano visando o embelezamento de canteiros praças e jardins públicos da cidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

A presente contratação tem origem na necessidade contínua de reposição e fornecimento de materiais, ferramentas e insumos utilizados pelas equipes das Secretarias na execução diária dos seus serviços e manutenções. A demanda decorre do consumo regular desses itens e do desgaste natural decorrente do uso constante em atividades como roçada, podas, pequenos reparos, manuseio de equipamentos e demais serviços essenciais realizados em espaços públicos do Município.



A necessidade está respaldada em análise técnica da Secretaria, histórico de consumo dos materiais, solicitações internas das equipes operacionais e na planilha de cotações anexada ao processo, que demonstra a estimativa de quantidades e valores.

Esses documentos evidenciam a imprescindibilidade dos itens para a adequada execução dos serviços urbanos e para a manutenção da eficiência operacional das pastas.

A ausência da contratação acarretaria prejuízos diretos à continuidade e à qualidade dos serviços de manutenção urbana, podendo resultar em paralisações por falta de materiais, aumento do desgaste de ferramentas, riscos de acidentes, queda de produtividade e impacto negativo na conservação de vias, praças, parques e demais espaços públicos. Tal cenário afetaria diretamente a rotina de atendimento das Secretarias e poderia comprometer o bom funcionamento da infraestrutura urbana.

Do ponto de vista legal, a contratação fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133/2021, que rege as contratações públicas, especialmente no que se refere ao regime de Pregão Eletrônico e ao Sistema de Registro de Preços para aquisição de bens comuns. O processo também está alinhado às diretrizes do Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e às políticas públicas municipais voltadas à conservação e manutenção urbana.

Os materiais a serem adquiridos destinam-se à reposição e recomposição de estoque, garantindo que as equipes disponham dos insumos necessários para execução dos serviços de rotina. A falta desses itens comprometeria diretamente o atendimento diário, prejudicando a prestação dos serviços públicos essenciais e o cumprimento das atribuições institucionais das Secretarias.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste no fornecimento de materiais, ferramentas e insumos destinados às atividades operacionais da SMSU e SMMA, garantindo condições adequadas para a execução contínua dos serviços destas pastas. Ao final da contratação, a Administração receberá os materiais especificados no Termo de Referência, em conformidade com os requisitos técnicos e quantitativos definidos.



O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda das Secretarias, utilizando-se o Sistema de Registro de Preços, o que permite a reposição gradual do estoque e assegura maior eficiência no atendimento às necessidades operacionais. Não há necessidade de instalação, configuração ou montagem posterior, uma vez que os materiais são de uso imediato pelas equipes de campo.

A solução não exige integração com sistemas ou estruturas adicionais, limitando-se ao recebimento, conferência e utilização dos materiais adquiridos. Do ponto de vista logístico, as entregas deverão ocorrer em locais indicados por cada secretaria demandante, dentro dos prazos estabelecidos, garantindo o abastecimento contínuo e o funcionamento adequado das atividades executadas pelos servidores.

A contratação atende à alternativa mais vantajosa para a Administração, considerando a viabilidade técnica, a economicidade decorrente da ampla competitividade e a adequação dos materiais às necessidades reais dos serviços públicos prestados.

4. REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

Os materiais, ferramentas e insumos a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas mínimas necessárias para garantir qualidade, segurança e compatibilidade com os equipamentos utilizados pelas equipes das Secretarias. Cada item deverá possuir padrão de fabricação adequado, resistência compatível com o uso operacional e conformidade com as descrições estabelecidas no Termo de Referência.

Os fornecedores deverão assegurar que todos os produtos entregues sejam novos, de primeiro uso, sem avarias, fabricados conforme parâmetros usuais do mercado e, quando aplicável, atendendo às normas técnicas vigentes, como padrões de qualidade definidos por fabricantes, ABNT ou demais referenciais técnicos pertinentes.

Não serão exigidas certificações específicas de habilitação técnica além das previstas na legislação para fornecimento de bens comuns. Eventuais requisitos adicionais, como validade, adequação ao equipamento ou garantia mínima, deverão ser atendidos conforme as particularidades de cada item, assegurando durabilidade e desempenho compatível com o uso contínuo nas atividades de manutenção urbana.

As condições de garantia deverão observar os prazos ofertados pelos fabricantes ou fornecedores, ficando estes responsáveis pela substituição de materiais com defeito ou



vícios constatados durante o período de garantia legal ou contratual. Não há necessidade de serviços de instalação, configuração ou montagem, visto tratar-se de materiais de pronto uso.

O fornecimento estará sujeito às condições contratuais previstas na legislação e no edital, incluindo penalidades por atraso, não conformidade ou descumprimento das obrigações, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. A entrega deverá ocorrer no endereço indicado pelas Secretarias, cabendo à contratada assegurar o transporte e descarregamento sem ônus adicional à Administração.

O recebimento e a fiscalização do objeto seguirão as regras gerais estabelecidas neste Termo de Referência e serão detalhados no item específico que trata dos critérios de recebimento e pagamento.

A execução será acompanhada por cada Secretaria por meio de servidores designados como fiscais do contrato, responsável pelo controle, fiscalização e registro de ocorrências, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

O prazo máximo para entrega será de até 10 (dez) dias úteis contados da emissão da Nota de Empenho, salvo disposição diversa estabelecida no pedido formal.

5. DAS AMOSTRAS E GARANTIA

5.1 Amostragem e local de entrega

No presente processo licitatório, serão exigidas amostras prévias dos itens solicitados. Será obrigatória a apresentação gratuita de amostras físicas, acompanhadas de prospecto técnico contendo marca, referência do fabricante, medidas e prazo de garantia, para fins de avaliação e aprovação definitiva.

A apresentação das amostras será exigida após a classificação provisória do licitante vencedor, constituindo-se condição indispensável para a homologação do resultado e emissão da nota de empenho.

As amostras deverão ser entregues na sede do Parque de Máquinas, pertencente à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, situado na Rua Ernesto Alves, nº 1589, Bairro Juventude, Garibaldi/RS, CEP: 95720-000, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a



contar da solicitação formal da Administração, e serão avaliadas pelo servidor Léo Zwirtes, matrícula nº 5336.

A entrega das amostras será de inteira responsabilidade do licitante, inclusive quanto ao cumprimento de prazos e eventuais custos de envio.

A não apresentação das amostras no prazo estipulado ou sua reprovação técnica implicará a desclassificação da proposta, sendo convocado o licitante subsequente, conforme a ordem de classificação.

Todas as amostras deverão estar devidamente identificadas com o número do edital, nome da empresa proponente e número e especificação do item correspondente.

5.2. Critérios de Avaliação

As amostras serão avaliadas quanto à:

- Adequação às especificações técnicas constantes na planilha, incluindo marca/fabricante, referência técnica, acabamento, e conformidade com normas da ABNT, INMETRO e demais exigências regulamentares;
- Qualidade do material e conformidade visual com os critérios mínimos estabelecidos;
- Apresentação do prazo de garantia exigido.
- Para as amostras enviadas serão avaliados os aspectos do material, para verificar se atendem a descrição fiel do item e que tenha padrões mínimos de aceitabilidade.
- Da análise das amostras será emitido parecer técnico (aprovado ou reprovado) ao Pregoeiro para fins do encaminhamento do processo para adjudicação e homologação do lote à licitante detentora da melhor oferta.
- Os resultados das avaliações serão divulgados por parecer do setor competente.

5.3. Garantia

Todos os itens deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.



Durante o prazo de garantia, o fornecedor deverá substituir, sem ônus, quaisquer materiais que apresentem defeitos de fabricação, vício oculto ou desempenho inferior, arcando integralmente com os custos de transporte, material e mão de obra.

A empresa vencedora da licitação deverá apresentar declaração formal garantindo o fornecimento de peças por um período de 1 ano.

5.4. Recolhimento, Testes e Descarte

As amostras poderão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a divulgação do resultado final. Findo o prazo, a Administração poderá proceder ao descarte sem ônus.

A Administração reserva-se o direito de realizar testes práticos e análises técnicas, sem custos adicionais, podendo exigir manuais, catálogos ou certificados técnicos para verificação da conformidade.

Todos os prazos de garantia deverão estar expressamente informados na proposta e no prospecto técnico entregue junto à amostra, sendo o fornecedor integralmente responsável pela substituição imediata e sem ônus de quaisquer itens com defeito de fabricação durante o período estipulado, em conformidade com a legislação aplicável e com os termos do edital.

Eventuais penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas serão aplicadas conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, o edital e a Ata de Registro de Preços.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada e por demanda, conforme as necessidades das Secretarias, uma vez que a contratação será realizada por meio de Ata de Registro de Preços. Dessa forma, não há cronograma físico-financeiro prévio, pois as entregas serão solicitadas de acordo com o consumo e reposição de materiais ao longo da vigência da Ata.

A entrega dos materiais deverá ocorrer nos seguintes locais, durante o horário de expediente dos órgãos, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h:



- **Secretaria Municipal de Serviços Urbanos:** Parque de Máquinas – Rua Ernesto Alves, nº 1589, Bairro Juventude, Garibaldi/RS, CEP: 95720-000, ou conforme endereço indicado na Nota de Empenho;
- **Secretaria Municipal de Meio Ambiente:** Rua Irmão José Sion, 390, Bairro Centro, Garibaldi/RS, CEP: 95720-000, ou conforme endereço indicado na Nota de Empenho;

A contratada não precisará mobilizar equipe técnica no local, uma vez que o objeto limita-se ao fornecimento dos materiais. Entretanto, deverá assegurar que o transporte, manuseio e acondicionamento dos itens garantam sua integridade até o recebimento.

O recebimento e a fiscalização do objeto seguirão as regras gerais estabelecidas neste Termo de Referência e serão detalhados no item específico que trata dos critérios de recebimento e pagamento.

A empresa fornecedora deverá garantir que os produtos estejam rotulados, identificados e acompanhados de nota fiscal, contendo data de fabricação, número de lote e dados do fabricante. Não serão aceitos materiais reconicionados, remanufaturados, fora de linha ou com sinais de uso.

Como se trata de aquisição de materiais, não há ordem de início, medições técnicas ou necessidade de deslocamento de equipes da contratada, exceto para fins de entrega dos itens no local indicado.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações assumidas, observando as seguintes condições:

1. Fornecedor dos materiais em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, garantindo que sejam novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de qualidade e prontos para utilização;
2. Responsabilidade pelo transporte, embalagem, descarga e entrega dos materiais até o local designado pela Administração Municipal, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da emissão da Nota de Empenho, sem ônus adicional ao Município;



3. Garantir a substituição imediata de quaisquer materiais que apresentem defeito de fabricação, não estejam em conformidade com as especificações contratadas ou apresentem avarias decorrentes do transporte;
4. Manter, quando aplicável, os prazos de validade e garantia dos materiais fornecidos, conforme normas técnicas e regulamentações vigentes;
5. Fornecer as amostras exigidas para análise prévia, acompanhadas de prospecto técnico e documentação de conformidade, conforme item 5 deste Termo de Referência. As amostras deverão ser entregues na sede do Parque de Máquinas, pertencente à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, situado na Rua Ernesto Alves, nº 1589, Bairro Juventude, Garibaldi/RS, CEP: 95720-000, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da solicitação formal da Administração.
6. Responsabilizar-se por danos ou prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução contratual, inclusive durante o transporte e a entrega, sem quaisquer ônus ao Município;
7. Cumprir todas as disposições legais e regulamentares pertinentes, em especial as previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo administrativa, civil e criminalmente pelo descumprimento das obrigações contratuais.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A Administração Municipal, por intermédio da Secretaria de Serviços Urbanos e demais Secretarias demandantes, terá as seguintes obrigações:

1. Indicar formalmente o fiscal do contrato, responsável por acompanhar e verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, realizando a conferência dos materiais entregues e atestando a conformidade com as especificações do Termo de Referência;
2. Informar claramente o local de entrega e o responsável pelo recebimento dos materiais, garantindo acesso às dependências necessárias em horário de expediente regular;
3. Atuar com celeridade na conferência e no atesto dos materiais, de forma a não gerar atrasos na liquidação e no pagamento das notas fiscais devidamente apresentadas pela contratada;



4. Fornecer à contratada as informações e documentos necessários à adequada execução contratual, sempre que solicitados, no âmbito de suas atribuições legais;
5. Assegurar, quando aplicável, o apoio logístico mínimo para o recebimento dos materiais, limitado ao espaço físico adequado para conferência, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pelo transporte e descarga.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato decorrente desta licitação ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, que coordenará as atividades administrativas e de acompanhamento geral.

A fiscalização técnica ficará a cargo dos servidores formalmente designados como fiscais do contrato, a quem compete acompanhar a execução, verificar a conformidade das entregas e registrar eventuais ocorrências:

- Charlene Riva Merlini, matrícula nº 6335 (Secretaria Municipal de Serviços Urbanos),
- Tiago Cagliari, matrícula nº 6947 (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Bem Estar Animal – SMMA).

O recebimento do objeto seguirá as regras gerais estabelecidas neste Termo de Referência e serão detalhados no item específico que trata dos critérios de recebimento e pagamento.

Para comprovação da entrega, a contratada deverá apresentar nota fiscal eletrônica acompanhada de termo de recebimento ou documento equivalente, devidamente assinado pelo fiscal responsável. Havendo necessidade, poderá ser elaborado laudo ou relatório técnico para aferir a conformidade dos materiais.

Será realizada inspeção física no momento da entrega. Constatadas não conformidades ou defeitos, o material será recusado total ou parcialmente, cabendo à contratada providenciar a substituição imediata, sem ônus adicional para a Administração.

O prazo para aceitação ou recusa será de até 5 (cinco) dias úteis contados da entrega. Eventuais problemas deverão ser registrados em relatório circunstanciado pelo



fiscal, com comunicação formal à contratada por meio de ofício ou sistema oficial de gestão.

Em caso de descumprimento contratual, aplicar-se-ão as penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no edital, incluindo advertência, multa, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade, conforme a gravidade da infração.

A comunicação com a contratada será realizada de forma formal e documentada, preferencialmente por meio de ofício, e-mail institucional ou sistema eletrônico oficial da Administração, de modo a assegurar a rastreabilidade dos registros.

8. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

O pagamento será efetuado por entrega concluída e devidamente atestada, de acordo com as solicitações emitidas pelas Secretarias, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

O recebimento dos materiais ocorrerá em duas etapas:

- Recebimento provisório – no ato da entrega, mediante conferência física e técnica dos materiais, verificação das quantidades, integridade das embalagens e conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e do edital;
- Recebimento definitivo – após análise e aprovação pela fiscalização designada, que emitirá o atesto na Nota Fiscal e, quando aplicável, Termo de Recebimento Definitivo, condição indispensável para a liquidação da despesa.

O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo, condicionado à:

- Apresentação da Nota Fiscal eletrônica, devidamente atestada pela fiscalização;
- Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, conforme exigido pela Lei Federal nº 14.133/2021;
- Verificação da conformidade do material entregue com as especificações técnicas do objeto;
- Ausência de pendências quanto à substituição de produtos recusados, se houver.

O pagamento será efetuado conforme cronograma emitido pela Administração, contados da data do atesto da Nota Fiscal, observadas as normas orçamentárias e



financeiras do Município. A forma de pagamento será por meio de crédito em conta bancária, devendo a contratada informar banco, agência, operação e número da conta bancária em nome da contratada.

Caso o material entregue não esteja em conformidade, a contratada será notificada para substituição imediata, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus adicional à Administração.

Todos os procedimentos de recebimento, atesto e pagamento serão formalizados por meio de registro documental, físico ou eletrônico, garantindo a rastreabilidade, transparência e controle da execução contratual. Não serão realizados pagamentos antecipados, nem admitida compensação de valores em razão de eventuais penalidades ou glosas.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, na sistemática de **Registro de Preços**, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, de modo a ampliar a competitividade, permitir a participação de fornecedores especializados em segmentos específicos e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Municipal.

Não será exigida qualificação técnica diferenciada além daquelas previstas na legislação vigente, limitando-se a comprovação de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira.

Haverá exigência de apresentação de amostras, para comprovação da qualidade ou padronização do produto.

A pesquisa de preços e a seleção serão realizadas por item, em consonância com o parcelamento técnico e econômico previamente justificado no Estudo Técnico Preliminar, vedada qualquer prática que restrinja a competitividade ou caracterize direcionamento.



HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b)** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c)** Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;
- d)** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e)** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.
- f)** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g)** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- h)** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.
- i)** Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida.
- j)** Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- k)** Declaração de Idoneidade;



I) Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/02.

Observação: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b)** Prova de regularidade expedida pela Procuradoria Nacional da Fazenda (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).
- c)** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual.
- d)** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, sendo da sede do Licitante.
- e)** Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS).
- f)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (obtida eletronicamente nos sites do TRT-4 e/ou Regional correspondente do licitante ou TST).

Observação: O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a)** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a trinta (30) dias da data da apresentação do documento.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação foi definido com base na planilha de cotações elaborada pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, considerando os preços fornecidos por diferentes empresas do ramo e valores praticados em processos licitatórios de outros entes públicos. A pesquisa contemplou itens equivalentes em termos de especificações técnicas, prazos de entrega, condições de fornecimento e local de entrega.



Foram consideradas três cotações válidas por item, de acordo com a planilha de cotações anexada ao processo administrativo. A metodologia utilizada para cálculo do valor estimado foi a média aritmética simples das propostas obtidas para cada material, procedimento que atende ao art. 23, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e às orientações dos órgãos de controle.

A estimativa contempla todos os custos diretos e indiretos inerentes ao fornecimento dos materiais, incluindo eventuais encargos, impostos e despesas logísticas já embutidos nos preços apresentados pelos fornecedores consultados.

O valor total estimado da contratação, considerando todos os itens do lote, é de **R\$ 96.521,07** (noventa e seis mil quinhentos e vinte e um reais e sete centavos), conforme planilha anexa ao processo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente das aquisições ora pretendidas decorrerá da dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

ÓRGÃO: 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

U.O.: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

3.3.3.90.30.03.00.00.00 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTRAS FINALIDADES (151003)

3.3.3.90.30.25.00.00.00 – MATERIAL PARA MANUT. DE BENS MOVEIS (153025)

3.3.3.90.30.28.00.00.00 – MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA (153028)

3.3.3.90.30.42.00.00.00 – FERRAMENTAS (153042)

3.3.3.90.30.99.99.00.00 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO (151099)

3.3.90.30.22.00.00.00 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO (153022)

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E BEM ESTAR ANIMAL

ÓRGÃO: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO (1125)

3.3.90.30.01 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS (112501)

3.3.90.30.42 – FERRAMENTAS (112542)

3.3.90.30.02.40 – MATERIAL PARA MANUT. DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES (112524)

3.3.90.30.28 – MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA (112528)

3.3.90.30.16 – MATERIAL DE EXPEDIENTE (112516)

3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO (112522)



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Garibaldi
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos



LISTA ANEXOS

Anexo I – Planilha de cotações

Garibaldi, 19 de Março de 2026.



Documento assinado digitalmente
FABIANA DE SOUZA
Data: 19/03/2026 16:14:07-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

FABIANA DE SOUZA
Agente Administrativo

MIGUEL
BONADIMAN: 48293180072
Assinado de forma digital por MIGUEL BONADIMAN:48293180072
Dados: 2026.03.19 16:18:02 -03'00'

MIGUEL BONADIMAN
Secretário Municipal de Serviços Urbanos

PLANILHA DE COTAÇÕES

ID	ITEM	UNIDADE	Quantidade por secretaria		QDE TOTAL	MÉDIA	TOTAL
			SMSU	SMMA			
1	ADITIVO DE RADIADOR SINTÉTICO (LITRO).	UN	200	10	210	R\$ 27,74	R\$ 5.826,10
2	CABEÇOTE PARA ROCADEIRA MANUAL E A GASOLINA DE PLÁSTICO (COMPATÍVEL COM MODELOS STHIL FS160, 180, 220, 260, 280, 290, 300, 310 E 350).	UN	300		300	R\$ 37,25	R\$ 11.175,00
3	CAPA DE CHUVA – CAPA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM PVC, COM FORRO DE POLIÉSTER, CAPUZ CONJUGADO, COM MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO E COSTURA ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA – TAM EXGG.	UN	50		50	R\$ 15,46	R\$ 773,00
4	CARRINHO DE MÃO CAPACIDADE MÍNIMA 60 LITROS LARGURA MÍNIMA 60CM ALTURA MÍNIMA 45CM COMPRIMENTO TOTAL MÍNIMO 1,45MT CHAPA DE NO MÍNIMO 1,20MM/#18 ESTRUTURA DE CANTONEIRA 1.1/4X1/8 FERRO MACIÇO 1/4 PNEU 3,25X8 COM CÂMARA.	UN	10	2	12	R\$ 467,67	R\$ 5.611,98
5	COLHER DE PEDREIRO Nº 8	UN	20		20	R\$ 20,84	R\$ 416,72
6	COLHER DE PEDREIRO Nº 9	UN	20		20	R\$ 23,31	R\$ 466,24
7	DESEMPENADEIRA LISA (SEM FELTRO E SEM ESPUMA)	UN	50		50	R\$ 13,01	R\$ 650,63
8	DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA ASFALTO COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 400 X 3,2 X 20MM (16 X 0,126 X 0,787), MAX. 4800 RPM, MAX. 100 M/S	UN	20		20	R\$ 929,67	R\$ 18.593,33
9	ENXADA OLHO OVAL 8 COM CABO DE MADEIRA 120CM – LARGURA: 22CM	UN	25	10	35	R\$ 59,48	R\$ 2.081,80
10	FIO NYLON PARA ROCADEIRA AMARELO REDONDO 3.0MM X 300M	RL	50	5	55	R\$ 327,00	R\$ 17.985,00
11	LÂMINA DE SERRA FERRO 300MM 12 TIPO DE LÂMINA: BIMETÁLICA – DENTIÇÃO: 10-14	UN	80		80	R\$ 11,42	R\$ 913,20
12	LUVA DE LÁTEX LONGA RANHURADA 40CM – PROTEÇÃO DO ANTEBRAÇO – CA 15.100 – TAM GG	PAR	200	10	210	R\$ 8,50	R\$ 1.785,00
13	LUVA DE POLIAMIDA COM BORRACHA NITRÍLICA, TAMANHO 9, PNV 0900	PAR	30	10	40	R\$ 9,29	R\$ 371,73
14	MANGUEIRA DE INCÊNDIO 1.1/2 15M TIPO I – COM REFORÇO TÊXTIL, 100% EM FIOS DE POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE E COM TUBO INTERNO DE BORRACHA, DEVE POSSUI ENGATE RÁPIDO NAS EXTREMIDADES	UN	20		20	R\$ 364,67	R\$ 7.293,33
15	MANGUEIRA DE INCÊNDIO 1.1/2 25M TIPO I COM REFORÇO TÊXTIL, 100% EM FIOS DE POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE E COM TUBO INTERNO DE BORRACHA, DEVE POSSUI ENGATE RÁPIDO NAS EXTREMIDADES	UN	20		20	R\$ 537,36	R\$ 10.747,13
16	MARTELO DE ORELHA	UN	20		20	R\$ 37,61	R\$ 752,27
17	MACACÃO SANEAMENTO BRASCAMP, CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO, PLASTIFICADO EM PVC, SOLDADO ELETRONICAMENTE, COM CAPUZ FIXO, FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE ZÍPER E BOTÕES DE PRESSÃO, MANGAS LONGAS – COM BOTA E LUVAS ACOPLADAS 100% IMPERMEÁVEL – EXGG	UN	30		30	R\$ 206,74	R\$ 6.202,30
18	PÁ DE CHIPA DE BICO FORJADA COM CABO DE MADEIRA DE 150CM	UN	30	5	35	R\$ 64,51	R\$ 2.257,94
19	VASSOURÃO COM CABO PIAÇAVA 50CM	UN	50	12	62	R\$ 42,24	R\$ 2.618,73
VALOR TOTAL DO LOTE							R\$ 96.521,43